

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA
CIDADE DE SÃO PAULO

Data: 18 de junho de 1996

Local: Câmara Municipal

Horário: 9:00h.

Parte do início da reunião não será possível ser registrada, pois contava-se que houvesse gravação. O início dos trabalhos foi realizado por Terezinha Helena, que afirmou ter-se a necessidade de se analisar e acompanhar o Projeto "Criança Legal" do SOS CRIANÇA, pois percebiam-se algumas falhas e desacordos com o ECA: parece preocupante a função das Bancas; da instituição de uma moeda para a mendicância, como estímulo da permanência nas ruas; assim como a não divulgação do projeto como um todo, somente uma minuta, o que dificulta uma análise mais criteriosa. Algumas pessoas descreveram a reunião do Palácio do Governo, onde o projeto foi apresentado, afirmando que o número de pessoas era significativo. Foi questionado o projeto não ter sido apresentado, discutido e aprovado nem pelo CONDECA, nem CMDCA/SP.

Um dos presentes, o educador do SOS Mário Mendes Raucci, afirmou: "a prática da rua são as crianças pedindo esmolas. Pedem a esmola como um favor, até meio envergonhados. Isso está institucionalizado nesse país. A criança ao receber esse bônus está recebendo um direito. O Estado ao tomar essa medida está atraindo a criança ao SOS, com um serviço apoiado pelo empresariado, com um trabalho educativo".

Terezita, ex-conselheira tutelar, afirmou que é necessário se estudar o projeto com mais atenção e sugeriu que se formasse um grupo. Pode-se perceber que o projeto está apoiado numa teoria comportamentalista, onde não se prevê as variantes que podem interferir: não há controle de quem dá e como dá esse bônus, por exemplo. Não há uma campanha suficiente de esclarecimento para as pessoas. Não é somente a situação de fome, abandono, ansiedade por se estar fora de casa, etc, que necessita ser controlada, quando se quer uma alteração de comportamento. Pode-se correr o risco de se reforçar ainda mais um comportamento negativo, incentivar o uso da esmola, etc. Esse tipo de teoria foi usada com críticas para crianças com deficiências ou dificuldades e requer que a criança faça antes um contrato.

Sandra, educadora de rua há 8 anos, disse que o projeto parte do princípio de que as crianças estão nos faróis, mas sabe-se que apenas 20 a 30% estão. Como vai trabalhar as que estão comprometidas com drogas ou as de auto-risco?

Wanda, educadora do MNMMR, ressalta que é necessário que se estabeleçam as competências entre as Secretarias de Bem Estar do Estado e a do Município, ficando como proposta que se peça ao CONDECA uma normatização.

Madalena lembra que a experiência com os meninos é a de que eles só vão onde é interessante e que as Casas Abertas não foram tão bem sucedidas por isso. É preciso que se detalhe o que o projeto entende por orientação familiar.

isso. É preciso que se destaque o que o projeto entende por orientação familiar, onde é interessante e que as Casas Abertas não sejam tão bem sucedidas por iniciativa própria que a existência com os meninos e a de que elas se vão tornando como projetos que se vão ao CONDESA para normalização.

Quando educadores do MIMIMB' ressaltam que é necessário que se estabeleçam em paralelo as duas ações comprometidas com projetos em se de auto-ajuda, que as crianças estão nos lares, mas sabe-se que apenas 50 e 30% estão. Como

seus educadores de que há 8 anos disse que o projeto parte do princípio de crianças fora antes um conjunto.

trabalha com crianças fora crianças com deficiências ou dificuldades e tentar que o comportamento negativo, incentivar o uso de estímulos, etc. Esse tipo de teoria foi desenvolvido. Pode-se correr o risco de se repetir ainda mais um caso, etc. que necessita ser controlada quando se quer uma interação de não é somente a situação de fome, abandono, situação por se estar fora de por exemplo, não há uma compreensão suficiente de estabelecimento para as pessoas, crianças que podem interferir, não há controle de quem dá e como de esse ponto, projeto está visando uma teoria comportamentalista, onde não se trata de com mais atenção e seguir que se tornasse um grupo. Pode-se perceber que o

terceira, ex-conselheira titular, afirmou que é necessário se estudar o projeto em paralelo educativo.

esta situação e crianças ao SOS, com um serviço oferecido pelo empreendimento, com receber esse ponto está recebendo um direito. O Estado ao tomar essas medidas que não são regulamentadas, isso está institucionalizado nesse país. A criança ao brincar de que são as crianças pedindo estímulos. Pedem a estímulos como um favor.

Um dos presentes, o educador de SOS Maria Mendes Pauci, afirmou: "é aprovado nem pelo CONDESA, nem CINDASA".

significativo. Foi questionado o projeto não ter sido apresentado, discutido e aprovado, onde o projeto foi apresentado, afirmando que o número de pessoas era muito mais numeroso. Algumas pessoas descreveram a reunião do Conselho de Administração do projeto como um todo, somente uma reunião, o que discute uma a mendicância, como estímulo de bem-estar nas ruas, assim, como é não ECA, parece preocupante a situação das crianças, de existência de uma moeda para legal, do SOS CRIANÇA, pois percebiam-se algumas coisas e descreveram com o afirmou ter-se a necessidade de se analisar e acompanhar o projeto. Crianças populares divulgação. O início dos trabalhos foi realizado por Teresinha Helena, que Parte do início da reunião não será possível ser registrada, pois contou-se que

Horário: 8:00h
Local: Câmara Municipal
Data: 18 de Junho de 1988

CIDADE DE SÃO PAULO
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA

Mário, SCBSS, afirmou que as Casas Abertas ainda estão em funcionamento e sempre foram um sucesso, se esquecendo que a qual coordenou está fechada.

João Drexel, Pastoral do Menor, disse que há uma certa verdade no que Madalena e Mário afirmam, mas que a clientela de hoje é diferente daquela de três anos atrás. Hoje existe o crack nas ruas e as crianças viciadas não frequentam nenhum desses lugares. A rua está cheia de "mafiosos" vendendo a droga para as crianças. Nós estamos esquecendo essa realidade. Não temos só crianças nas ruas, temos famílias inteiras. Como podemos criar alternativas? O que está fazendo a polícia e a Associação dos Juristas para conter isso?

Dr. Armando, Associação dos Juristas pela Democracia, afirmou que há mais de 20 projetos para profissionalização desses meninos e que realmente essa deveria ser uma tarefa da prefeitura.

Heloísa, conselheira indicada pelo CONDECA para representá-lo nesta reunião, afirmou que não tiveram conhecimento dos projetos do SOS, e que foram convidados na última hora para participarem do lançamento no Palácio do Governo, como todo mundo. A Secretária da Criança é a atual Presidente do Conselho mas, mesmo assim não trouxe o projeto. Afirmou ter recebido no dia anterior um telefonema do Sr. Paulo Victor, coordenador do SOS, para lhe explicar o programa. Afirmou não ser aquela maneira de tomar conhecimento e solicitou que ele enviasse o projeto ao Conselho, para que recebesse um parecer.

Lorival, CMDCA/SP, afirmou que o Conselho está se posicionando sobre vários programas do Estado. O Conselheiro João de Deus tem se posicionado veementemente contra o desrespeito dos órgãos que não apresentam seus programas aos conselhos.

Luzia, Conselheira Tutelar de Perus/Pirituba, informou que uma comissão de conselheiros visitou o SOS, e que há um provimento com assinatura de 11 juizes que dá respaldo ao funcionamento do órgão. Além de fazerem uma visita às instalações no dia 17/06, assistiram uma palestra e mostra de vídeos sobre o programa.

Dora, C.T. Penha, afirmou que não há sequer menção de insino fundamental.

Madalena: Não tem muita lógica o conselho não estar com os programas sendo discutidos.

Luiz Ferretti: disse que projeto deu entrada no CONDECA, mas não entrou na pauta porque o conselho só se preocupa com a eleição do presidente, após sua saída, não discutindo outras coisas, dando voltas no umbigo.

Lorival: É grave o governador anunciando irregularidades, uma vez que os programas não estão sendo apresentados nos conselhos.

Déa, psicóloga, encaminhar para a profissionalização quando 40% das crianças trabalham e estudam é uma realidade. Cursos profissionalizantes são para potencializar força de trabalho apenas.

Providências: discutir a legalidade do SOS; estudar a metodologia; solicitar ao Conselho Regional de Psicologia um parecer técnico sobre o programa; solicitar parecer da OAB; encaminhar ao CONDECA a necessidade de uma normativa para o funcionamento das secretarias de estado e município; visita oficial ao SOS;

Segue lista de presença, em anexo.

segundo lista de presença em anexo
o funcionamento das secretarias do estado e município, lista oficial do SOG.

Conselho Regional de Psicologia um parecer técnico sobre o programa, solicitar

Procedimentos: discutir a legislação do SOG, estudos e metodologia, solicitar ao

procurador geral de justiça e uma lei específica. Outros profissionais são para

deixar psicólogos, encaminhando para a profissionalização quando for das condições

programa do estado sendo apresentados nos conselhos.

Forma: É claro o dever de regulamentar a profissão uma vez que os

estados não desobedecem outras coisas, dando apoio no município.

Uma reunião desse projeto não entra no CONDECA, mas não entra na

discussão.

Marciana: Não tem muita lógica o conselho não estar com os programas sendo

Dona C. T. Ferraz: afirmou que não há sequer menção de algum fundamento

programa

metodologia no dia 11/06, assistiram uma palestra e mostra de vídeos sobre o

que de respeito ao funcionamento do órgão. Além de fazerem uma lista de

conselheiros para o SOG, e que há um movimento com assinatura de 11 mil

deixar Conselho Tutelar de Pernambuco informar que uma comissão de

programas aos conselhos

assimilando com o desenvolvimento dos órgãos que não apresentaram seus

programas do Estado. O Conselho João de Deus tem se posicionado

formal, CONDECA/SB, afirmou que o Conselho está se posicionando sobre vários

ele enviou o projeto ao Conselho para que recebesse um parecer.

programa. Afirmação não sei exatamente maneira de tomar conhecimento e solicitar que

telefone do Sr. Paulo Victor, coordenador do SOG para que explique o

mesmo assim não trouxe o projeto. Afirmação ter recebido no dia anterior um

como todo mundo a Secretaria de Ciência e sua Presidente do Conselho para

comitê de trabalho para regulamentar o funcionamento do Conselho do Governo

afirmação que não há nenhum comprometimento dos projetos do SOG, a não ser

deixar Conselho Tutelar indicada pelo CONDECA para representação nesta reunião,

deve ser uma lista de presença